

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

ESTUDO E RELATÓRIO PARA O ATERRO SANITÁRIO NO BAIRRO LAMI

Suzana B. De Oliveira

Boletim Gaúcho de Geografia, 22: 119 - 122, março, 1997.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38372/25661>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - março, 1997

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

ESTUDO E RELATÓRIO PARA O ATERRO SANITÁRIO NO BAIRRO LAMI

Suzana B. de Oliveira *

Os estudos de impacto ambiental (EIA) constituem um conjunto de atividades científicas e técnicas que incluem o diagnóstico ambiental, a identificação, a previsão e medição dos impactos, a interpretação e valoração dos impactos, a definição de medidas mitigadoras e os programas de monitorização dos impactos ambientais.

O relatório de impacto ambiental (RIMA) é o documento de avaliação do impacto ambiental que deve esclarecer em linguagem corrente todos os elementos da proposta e do estudo, de modo que estes possam ser utilizados na tomada de decisão e divulgados para o público em geral e, em especial, para a comunidade afetada. O RIMA consubstancia as conclusões dos EIA, devendo conter a discussão dos impactos positivos e negativos considerados relevantes (RHODE, 1992).

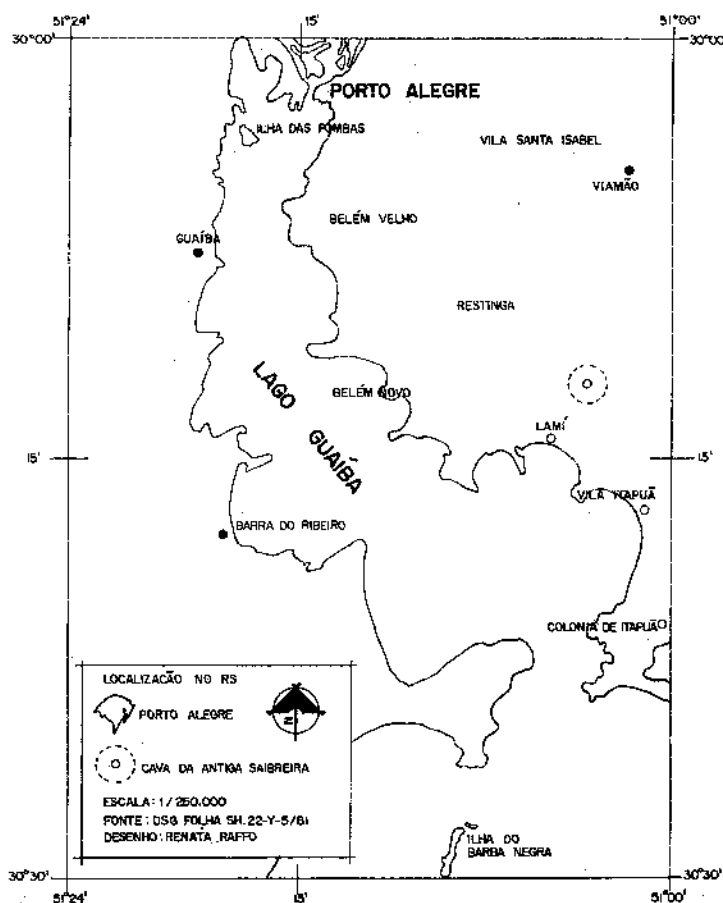
No Brasil, a avaliação de impacto ambiental foi definida pela Lei Federal nº 6938/81 que instituiu esta avaliação como um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente.

Dentre uma série de atividades que estão sujeitas aos procedimentos de avaliação ambiental, fixada pela Resolução nº 001 de 23/01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA –, está a de aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos.

Este artigo é uma síntese do estudo do meio antrópico, realizado para o Relatório de Impacto Ambiental do Aterro Sanitário do Bairro Lami em Porto Alegre e também apresentado na Reunião Técnica, promovida pela AGB – Seção Porto Alegre.

A instalação deste aterro sanitário é de responsabilidade do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU – da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Sua localização é próxima à confluência da Estrada da Extrema com a Estrada do Espigão no Bairro Lami, mais especificamente na cava de uma antiga saibreira desativada. A cava situa-se na encosta sudoeste de um dos morros da cadeia do espigão de granito, voltada de frente para o Guaíba, integrando a sub-bacia do Arroio Manecão (mapa 1).

MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DO BAIRRO LAMI – PORTO ALEGRE



O diagnóstico ambiental da área de influência do aterro para o meio antrópico foi executado num raio de 2 km a partir do centro da cava.

O estudo constou da avaliação de vários aspectos que estão a seguir desenvolvidos.

Histórico e ocupação da área – A ocupação da região foi iniciada por volta de 1840, quando colonizadores portugueses instalaram-se numa área entre o Morro do Coco e o Morro Agudo. Ali deu-se o início da produção de farinha de mandioca e milho, que era levada principalmente para outras localidades do sul da província.

Esta atividade agrícola prosseguiu, e nos anos 30 foi implantado um dos maiores centros de comércio do extremo sul da cidade.

Nos anos 50, a crise começa a atingir os pequenos e médios produtores que não mais conseguem se sustentar com suas produções, iniciando um período de decadência.

Hoje a agricultura permanece do tipo tradicional, caracterizando-se na maior parte como agricultura de subsistência. Alguns proprietários investiram na comercialização das terras, contribuindo para o surgimento dos chamados sítios de lazer, ou na produção especializada, como a criação de cavalos.

Tem-se na área empresas com maior potência econômica, como a Avipal/SA-Agricultura e Pecuária e o IRFA-Instituto Rio Grandense de Febre Aftosa, que são responsáveis em parte pela intensificação do povoamento desta região, nos últimos anos.

Densidade e grau de urbanização – Observando os mapeamentos das ocupações realizados e os dados disponíveis no IBGE, a área em estudo apresenta um total de 294 domicílios ocupados e uma população de 1.065 moradores. As áreas mais densamente ocupadas localizam-se ao longo e próximas às estradas que cruzam a área em estudo, isto é, ao longo da Estrada da Extrema, Estrada Santa Galo e Beco Otaviano. As mais significativas se encontram na estrada do Espigão, uma bem próximo à cava onde 19 residências estão estabelecidas e outra na Estrada da Extrema, próximo à indústria Avipal S/A, onde uma vila com cerca de 60 famílias, na sua maioria funcionários da própria indústria, está instalada.

A área não apresenta urbanização significativa, pois trata-se de uma área essencialmente rural.

Identificação dos usos residenciais, comerciais e de serviços – Esta área, como já citado, é uma zona rural, mas na medida que existem famílias residentes ali, formando núcleos, é natural o aparecimento de pequenos serviços.

Existe um número bem reduzido de estabelecimentos comerciais que suprem somente os moradores próximos. Há ainda a comercialização de produtos oriundos das atividades exercidas por pequenos proprietários rurais, dedicados à cultura intensiva, especialmente de hortifrutigranjeiros, e à criação de cavalos.

A ocupação industrial fica por conta da Avipal S/A que foi responsável pelo processo de ocupação mais intensa da região, na última década.

Identificação da infra-estrutura urbana de serviços – A infra-estrutura da área em estudo tem as seguintes características: possui rede elétrica, mas não há rede de água; não existe sistema de esgoto; as estradas de acesso são desprovidas de qualquer revestimento; o lixo doméstico é recolhido três vezes por semana; existem quatro linhas de ônibus que servem aos moradores, mas nenhuma faz comunicação direta com o centro da cidade; tem-se a presença de uma escola pública estadual de 1º Grau incompleto; não existe nenhum posto de saúde na área; não há nenhum ponto específico de lazer e nenhuma igreja próxima às moradias.

Terminando o levantamento dos aspectos antrópicos, analisou-se os impactos, e definiu-se medidas mitigadoras a serem realizadas caso a obra seja implementada.

Deve-se salientar que a realização de estudos desta natureza, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais, tem o compromisso de analisar e apontar

soluções que venham ao encontro das necessidades da população. Isto é, que as medidas mitigadoras tragam sempre uma expectativa na melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

A seguir tem-se um quadro dos impactos, suas conseqüências e as medidas a serem adotadas no caso aqui estudado.

IMPACTOS SOBRE O MEIO ANTRÓPICO

FASE	IMPACTO	CONSEQÜÊNCIA	MEDIDA MITIGADORA
Implantação	- Movimento de Equipamentos e Máquinas	- Poluição sonora e atmosférica; - Alteração da paisagem; - Mudança na rotina dos moradores.	- Segurança na área do entorno da obra; - Barreiras para minimizar a poluição sonora e visual; - Melhoria nas estradas de acesso.
Operação	- Movimento de equipamentos e máquinas durante o transporte e operação dos resíduos; - Disposição dos resíduos.	- Poluição sonora e atmosférica; - Alteração da paisagem; - Mudança na rotina da população; - Movimentação de tráfego nas estradas; - Proliferação de insetos e roedores; - Contaminação da água superficial e subterrânea.	- Segurança na área do entorno no aterro; - Barreiras para minimizar a poluição sonora e atmosférica; - Asfaltamento das vias de acesso, com quebra molas; - Controle adequado na disposição dos resíduos e isolamento na área do empreendimento; - Drenagem dos líquidos percolados e superficiais; - Impermeabilização do piso na área do empreendimento.
Desativação	- Área Recuperada.	- Reabilitação da área para uso.	- Monitoramento adequado.

Estudo de Impacto Ambiental do Aterro Sanitário do Bairro Lami. IPT, Porto Alegre, 1994.

VERDUM, Roberto e VIEIRA, Rosa Maria Medeiros. *Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, Elaboração e Resultados.* Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1992.

RHODE, Geraldo Mário. Estudos de Impacto Ambiental: A Situação Brasileira. In: *Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, Elaboração e Resultados.* Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1992.

* Geógrafa na Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.